

A atuação paradiplomática do Rio Grande do Sul nos governos Tarso Genro e José Ivo Sartori

Paradiplomacy of the Brazilian state of Rio Grande do Sul in the administrations of Tarso Genro and José Ivo Sartori

La paradiplomacia del estado brasileño de Rio Grande do Sul en los gobiernos de Tarso Genro y José Ivo Sartori

Natália Hedlund Jardim*

Resumo

Este trabalho realizou uma análise comparativa da paradiplomacia do Rio Grande do Sul nas gestões de Tarso Genro (2011-2014) e José Ivo Sartori (2015-2018), com o objetivo de testar parâmetros criados para qualificar a atuação paradiplomática de um governo e, assim, conferir critérios e materialidade à análise da paradiplomacia. Foram analisados os planos de governo, as agendas oficiais e notícias divulgadas pelo portal estadual, de modo a identificar o tipo de paradiplomacia efetuada, as temáticas mais abordadas nas agendas de cunho internacional e os atores, regiões e países priorizados nos contatos de cada gestão. Constatou-se que ambos os governos utilizaram a paradiplomacia como um instrumento para a implementação de políticas dentro de sua esfera de competências, mas com estratégias e abordagens diferentes.

Palavras-chave: Paradiplomacia. Rio Grande do Sul. Tarso Genro. José Ivo Sartori. Análise Comparativa.

Abstract

This paper presents a comparative analysis of the paradiplomacy of the Brazilian state of Rio Grande do Sul in the administrations of Tarso Genro (2011-2014) and José Ivo Sartori (2015-2018), with the goal of testing parameters created to qualify a government's paradiplomatic performance and thus give criteria and materiality to the analysis of paradiplomacy. Both administration's electoral proposals, official agendas and bulletins released by the state's website were analyzed in order to identify the type of paradiplomacy implemented, the most addressed topics in the international agendas and the actors, regions and countries prioritized

* Graduada em Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: nataliajardim@outlook.com

in the liaison of each administration. The analysis indicates that both governments employed paradiplomacy as an instrument for the implementation of policies within their sphere of competence, but with different strategies and approaches.

Keywords: Paradiplomacy. Rio Grande do Sul. Tarso Genro. José Ivo Sartori. Comparative Analysis.

Resumen

Este trabajo realizó un análisis comparativo de la paradiplomacia del estado brasileño de Rio Grande do Sul en las administraciones de Tarso Genro (2011-2014) y José Ivo Sartori (2015-2018) para probar parámetros creados para calificar la actua-

ción paradiplomática de un gobierno y, así, dar criterio y materialidad al análisis de la paradiplomacia. Se analizaron planes de gobierno, agendas oficiales y noticias difundidas por el portal estatal para identificar el tipo de paradiplomacia realizada, los temas más abordados en las agendas internacionales y los actores, regiones y países priorizados en los contactos de cada gestión. Ambos gobiernos utilizaron la paradiplomacia como instrumento para la implementación de políticas dentro de su ámbito de competencia, pero con diferentes estrategias y enfoques.

Palabras clave: Paradiplomacia. Rio Grande do Sul. Tarso Genro. José Ivo Sartori. Análisis comparativo.

Introdução

A paradiplomacia é definida como a atuação internacional de entes subnacionais, podendo ser estas cidades, estados federados, províncias, departamentos e demais divisões territoriais em um Estado (TAVARES, 2016). Enquanto a ação internacional dos países prioriza temáticas securitárias, comerciais e monetárias, a paradiplomacia se mostra mais adequada para abordar temas que são de competência dos entes subnacionais, como infraestrutura, educação, saúde, promoção da produção regional e atração de investimentos. Dessa forma, estes atores utilizam a arena internacional como um instrumento para a implementação de políticas dentro de sua esfera de competências, participando e influenciando os processos decisórios no plano federal, com o objetivo de proteger ou promover seus interesses locais (SOLDATOS, 1990).

Mesmo com suas competências limitadas pelo âmbito nacional, muitos entes subnacionais desenvolveram suas economias a ponto de ultrapassarem os índices econômicos de diversos países. O estado federado estadunidense da Califórnia, por exemplo, é a oitava maior economia do mundo, ultrapassando o Produto Interno Bruto (PIB) de Rússia, Itália, Índia e Canadá. O estado brasileiro de São Paulo, por sua vez, possui o segundo maior PIB da América Latina, atrás apenas do PIB nacional brasileiro. Dessa forma, é uma dificuldade para economias deste porte operarem exclusivamente dentro dos limites subnacionais estabelecidos pela Constituição e dependerem do âmbito nacional para a condução de suas relações internacionais (TAVARES, 2016).

No estado do Rio Grande do Sul, foco desta pesquisa, o primeiro marco da paradiplomacia deu-se em 1987, com a criação da Secretaria Especial para Assuntos Internacionais, cujo foco era a inserção do estado no processo de negociações do Mercosul. Ao longo do tempo, o estado ampliou a sua atuação internacional para acompanhar as novas demandas de um ente subnacional inserido em um mundo em globalização, passando a atuar também na atração de investimentos, promoção de exportações, cooperação técnica e missões internacionais, utilizando a paradiplomacia como um instrumento cada vez mais relevante para o desenvolvimento estadual (SALOMÓN; NUNES, 2007).

Dada a crescente relevância da paradiplomacia no campo das Relações Internacionais, muito tem-se abordado sobre a temática em estudos e artigos recentes. Entretanto, tais trabalhos tendem a apresentar uma análise geral e superficial da paradiplomacia, focando seu olhar nos resultados das políticas paradiplomáticas (BANZATTO, 2016; CORRADI; GOMES, 2015; DALLARI; MARCOVITCH, 2014; TAVARES, 2016) e negligenciando um estudo mais aprofundado acerca dos meios e métodos utilizados pelos entes subnacionais em sua atuação internacional. Com isto em mente, esta pesquisa se propôs a qualificar a paradiplomacia através de critérios, buscando conferir a materialidade que falta em sua análise. Para tanto, dado grande interesse em conhecer mais sobre o papel dos estados federados internacionalmente, optou-se por analisar a ação paradiplomática do estado do Rio Grande do Sul em suas duas administrações mais recentes, encabeçadas pelos governadores Tarso Genro (2011-2014) e José Ivo Sartori (2015-2018), por meio de uma análise comparativa das duas gestões.

Como critérios para esta análise, foram utilizados os planos de governo de cada gestão, as agendas oficiais dos governadores e notícias divulgadas pelo portal do governo estadual, de modo a identificar os atores internacionais priorizados nos contatos de cada gestão, o tipo de paradiplomacia efetuada, as regiões e países priorizados e as temáticas mais abordadas nas agendas de cunho internacional. Através destes critérios, buscou-se atingir quatro objetivos:

- (1) identificar os atores internacionais priorizados nos contatos de cada governo, classificados em:
 - (a) governos nacionais (Embaixadores, Cônsules, Presidentes);
 - (b) governos subnacionais (cidades, estados, regiões);

- (c) setor privado (empresas, câmaras, associações);
 - (e) organizações internacionais; e
 - (f) sociedade civil internacional (eventos, palestras, visitas).
- (2) analisar o tipo de paradiplomacia efetuada, se priorizou-se a recepção doméstica ou a prospecção através de viagens internacionais;
- (3) comparar as regiões e países priorizados por cada governo; e
- (4) comparar as temáticas mais abordadas nas agendas de cunho internacional.

Para atingir tais objetivos, realizou-se uma revisão de literatura inicial sobre paradiplomacia, de modo a compreender o papel dos entes federados internacionalmente. Em seguida, foram analisados os planos de governo de cada gestão, de modo a identificar as estratégias paradiplomáticas propostas ainda no período eleitoral e, assim, observar se estas foram efetivadas ao longo dos mandatos. Foram analisadas também as agendas oficiais dos governadores, obtidas através do Portal da Transparência do Estado do Rio Grande do Sul, nas quais constam os compromissos oficiais dos governantes e a partir das quais foram identificados os atores, o tipo de paradiplomacia e os países priorizados. Por fim, foram analisadas as notícias oficiais publicadas pelo site do Governo do Estado durante o período analisado, nas quais são divulgadas as pautas das agendas e com as quais foram identificadas as temáticas abordadas. Dessa forma, com base nos dados coletados e na análise das informações, comparam-se as atuações internacionais das duas gestões, observando-se as diferenças e semelhanças entre os meios e métodos utilizados pelos entes subnacionais em suas estratégias paradiplomáticas.

Paradiplomacia: teoria e institucionalização

Esta seção abordará inicialmente as diferentes vertentes teóricas utilizadas para explicar a paradiplomacia, assim como os métodos, formas e motivações por trás da atuação internacional de entes subnacionais. Em seguida, se ocupará brevemente de como a paradiplomacia é tratada pelo ordenamento jurídico brasileiro e, por fim, apresentará o histórico da atuação internacional do Rio Grande do Sul.

Vertentes teóricas da paradiplomacia

A paradiplomacia é considerada uma invenção do século XX, consequência natural da globalização e da perfuração da noção tradicional de Estado soberano. A aceleração da economia global, a crescente mobilidade do capital e o desenvolvimento de novos meios de comunicação e transporte contribuíram para a transformação da divisão das responsabilidades entre governo nacional e governos subnacionais. Até o momento, não há um modelo teórico específico destinado a explicar a paradiplomacia. Entretanto, estando ela vinculada a outros fenômenos internacionais, tais como a globalização, a interdependência dos entes nacionais e internacionais e a integração regional, é possível analisá-la a partir de adaptações de abordagens criadas para compreender estes fenômenos (KEATING, 1999; AGUIRRE, 1999).

Segundo Banzatto (2016), a globalização é apontada como um dos principais determinantes da paradiplomacia, uma vez que a crescente internacionalização das economias aumenta a interdependência entre os entes nacionais e subnacionais. As fronteiras nacionais deixam de ser capazes de proteger as subunidades das influências externas e, como resposta, os governos regionais se veem impelidos a atuar internacionalmente para garantir o desenvolvimento de suas economias. Em complemento, o caráter multidimensional dos processos de integração regional em surgimento no final do século XX e início do século XXI foram determinantes para a inclusão dos governos subnacionais nas decisões de cunho internacional, já que os efeitos da integração regional se materializam principalmente nas esferas estaduais (BANZATTO, 2016; JUNQUEIRA, 2014). A paradiplomacia transfronteiriça é um reflexo desse fenômeno, pois é uma aliança entre atores subnacionais de territórios contíguos para fortalecer os processos de integração regional. Como exemplo, tem-se a inclusão dos governos subnacionais em instâncias decisórias de organizações e blocos internacionais, como o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e União Europeia (ODDONE; SOUZA, 2017).

No âmbito da integração regional, pode-se analisar, ainda, a paradiplomacia a partir da interdependência complexa, a qual reconhece a existência de atores internos que buscam pautar suas ações no plano externo e cujos desdobramentos tem a capacidade de afetar a ação internacional do Estado (KEOHANE; NYE, 2012).

A crescente atuação internacional dos estados está relacionada com o aumento da sua vulnerabilidade, como consequência do aprofundamento da interdependência causada pela globalização e pela integração regional. Com isso, as decisões de cunho internacional tomadas pelo nível nacional passaram a afetar substancialmente a capacidade dos entes subnacionais em garantir o bem-estar de suas populações locais, tornando-se então necessário um contato mais frequente dos estados com os órgãos nacionais responsáveis pelas relações externas (BANZATTO, 2016).

Dessa forma, dada a ausência de uma vertente teórica específica para o estudo da paradiplomacia, é importante notar também que mesmo a utilização do termo “paradiplomacia” não é consenso entre os pesquisadores da temática. Enquanto muitos pesquisadores enxergam a paradiplomacia como complemento da diplomacia estatal, outros questionam a utilização da palavra “diplomacia” em “paradiplomacia”, pois consideram a primeira uma atividade exercida exclusivamente por um Estado soberano, através de seus diplomatas, não podendo esta ser utilizada para definir a atuação internacional de um ente subnacional. Como consequência, no Brasil, à título de exemplo, o termo “cooperação internacional descentralizada” também é muito utilizado, buscando enfatizar a cooperação e as parcerias entre os entes, ao invés das ferramentas diplomáticas tradicionais (TAVARES, 2016).

Assim sendo, segundo Ferreira (2015), a ação paradiplomática do estado federado pode ser classificada em três categorias principais: cooperação, economia e articulação internacional. A categoria de cooperação abarcaria ações de integração de infraestrutura entre estados fronteiriços, cooperação entre governos e entre órgãos governamentais, intercâmbios técnico-científicos e acordos de fraternidade, entre outros. A categoria de economia, por outro lado, abarcaria os negócios internacionais, a promoção comercial de produtos do estado, a atração de investimentos e as missões comerciais. A categoria de articulação internacional, por sua vez, abrangeria a recepção e realização de missões oficiais, a representação do estado em feiras internacionais e as agendas com embaixadores e outras autoridades estabelecidas no Brasil ou em visita ao estado. Para este trabalho, as três categorias de Ferreira (2015) foram esmiuçadas em seis temáticas, com o objetivo de compreender mais detalhadamente os eixos de atuação internacional do estado, sendo elas: atração de investimentos, agronegócio, cultura, captação de financiamento, infraestrutura e turismo.

Ademais, segundo Duchacek (1990), os governos subnacionais promovem seus interesses na esfera internacional essencialmente através de seis maneiras: a partir do estabelecimento de escritórios permanentes no exterior, através de viagens ao exterior de governadores e prefeitos e através de viagens de representantes dos governos subnacionais para coleta de informações. Da mesma forma, utilizam-se de feiras de comércio e investimento que promovam a economia regional no exterior, do estabelecimento de zonas especiais de comércio e da participação de representantes dos governos subnacionais em conferências de organizações internacionais ou nas missões de presidentes ou chefes de Estado ao exterior. Neste trabalho, as seis formas de atuação paradiplomática dos estados explanadas por Duchacek (1990) foram utilizadas na identificação dos compromissos de cunho internacional entre as agendas dos governos analisados.

Desse modo, as razões que levam ao engajamento de governos subnacionais na paradiplomacia são diversas. Dentre elas, tem-se a busca por oportunidades no mercado internacional, principalmente no caso de economias em desenvolvimento, as quais buscam atrair investimentos estrangeiros, encontrar novos mercados para seus produtos e tecnologia para modernização da indústria regional. Ademais, os entes subnacionais buscam o ambiente internacional também em vista a aperfeiçoar políticas que beneficiem o bem-estar da população, tais como educação, saúde, infraestrutura e segurança pública. Dessa forma, a paradiplomacia não é considerada um fim em si mesma pelos estados, mas um meio de fortalecer as competências locais de forma pragmática, direcionada e oportunista (TAVARES, 2016). Assim, com base nas motivações que levam ao engajamento paradiplomático apresentadas por Tavares (2016), este trabalho buscou compreender como cada governo utilizou o instrumento da paradiplomacia para alcançar os objetivos maiores estipulados em seus planos de governo.

Por fim, destacam-se ainda duas qualificações das ações paradiplomáticas cunhadas pela autora e que serão utilizadas neste trabalho, a paradiplomacia prospectiva e a paradiplomacia receptiva. A paradiplomacia prospectiva caracteriza uma forma de atuação paradiplomática que prioriza a prospecção internacional dos interesses subnacionais, principalmente através de viagens e missões ao exterior dos governadores ou prefeitos. A paradiplomacia receptiva, por sua vez, é uma forma de atuação paradiplomática

que prioriza a recepção de atores internacionais no território do estado ou município. Pode-se identificar a forma de atuação paradiplomática priorizada por um governo ao analisar-se a quantidade de agendas paradiplomáticas de recepção à atores internacionais realizadas localmente em comparação com a quantidade de agendas paradiplomáticas realizadas no exterior, em viagens e missões internacionais dos líderes subnacionais.

A paradiplomacia no ordenamento jurídico brasileiro

Apesar de ser uma prática já estabelecida na maioria dos estados brasileiros, a paradiplomacia não está definida juridicamente na Constituição brasileira vigente. Segundo o Artigo 21 da Constituição de 1988, cabe ao governo federal manter relações com Estados estrangeiros e participar em organizações internacionais. Entretanto, as relações exteriores não estão entre as áreas listadas como de poder legislativo exclusivo da União, de modo que a atuação internacional dos entes subnacionais não está vedada. Apesar disso, a paradiplomacia está limitada às áreas de competência dos estados, as quais são estabelecidas nas constituições nacional e estaduais (TAVARES, 2016).

Ainda segundo Tavares (2016), uma Proposta de Emenda Constitucional foi enviada ao Congresso Brasileiro em 2005 com o objetivo de regular a atuação internacional dos entes subnacionais brasileiros. A proposta, entretanto, não foi aprovada. Mesmo assim, a paradiplomacia passou a ser cada vez mais utilizada pelos estados brasileiros, de modo que estes, por sua vez, passaram a criar as próprias estruturas jurídicas para regular sua ação externa, em resposta a lentidão do governo nacional em legislar sobre a matéria. Como exemplo, tem-se a criação a nível subnacional de secretarias e departamentos dedicadas exclusivamente às relações internacionais. De acordo com Silva (2010), em 2010, cerca de dois terços dos estados brasileiros possuíam um órgão administrativo responsável especificamente pelos assuntos internacionais.

A atuação internacional do Rio Grande do Sul

A paradiplomacia ganhou maior reconhecimento no governo estadual do Rio Grande do Sul em 1987, com a criação da Secretaria Especial para Assuntos Internacionais pelo governador Pedro

Simon. O objetivo principal desta nova Secretaria era inserir o estado no processo de negociações da criação do Mercosul. A gestão de então identificou uma importante oportunidade para o estado como mediador das negociações em curso, dada a localização central do Rio Grande do Sul dentro do processo de integração e a sua histórica relação com Argentina e Uruguai. No âmbito da Secretaria, buscou-se tanto informar a população acerca das vantagens do processo de integração, em busca do apoio público, como incentivar o governo nacional a manter o processo de negociações ativo (NUNES; SALOMÓN, 2007).

Em 1995, entretanto, ocorre uma reestruturação da Secretaria durante o governo de Antônio Britto. Nesta gestão, os principais objetivos da atuação paradiplomática do estado passam a ser a busca por maior inserção no mercado internacional e pelo desenvolvimento econômico do estado. Em parceria com a classe empresarial, a gestão passou a dar maior foco à promoção comercial internacional do estado, à geração de negócios e à atração de investimentos externos (PERUFFO, 2009). Em 2001, tem-se uma breve retomada do âmbito político das relações internacionais do Rio Grande do Sul, com o envolvimento ativo da gestão de Olívio Dutra no Fórum Social Mundial, que teve sua primeira edição em Porto Alegre. O Fórum teve como objetivo reunir a sociedade civil internacional em busca de alternativas ao modelo socioeconômico vigente. Dessa forma, o envolvimento do estado nesta primeira e histórica edição do fórum serviu para posicionar o Rio Grande do Sul internacionalmente, como um ator relevante nas discussões dos países em desenvolvimento (NUNES, 2005).

Por fim, a partir de 2005 e até o período abordado por esta pesquisa (2011-2018), um fator marcante da paradiplomacia do estado foi a busca por financiamento em organismos internacionais. Até então, o estado recorria ao governo nacional em busca de financiamento. Porém, com a escassez de crédito no âmbito nacional e a subsequente crise das economias brasileira e estadual, tornou-se necessário buscar novas fontes de crédito para financiar os programas e gastos estaduais. Somente no período estudado por este trabalho, o Rio Grande do Sul captou cerca de 1,2 bilhões de dólares em financiamento através do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, do Banco Europeu e do Banco de Desenvolvimento da América Latina (RIO GRANDE DO SUL, 2019).

Variáveis de análise da paradiplomacia dos governos Tarso Genro e José Ivo Sartori

Nesta seção, são apresentadas as análises dos planos de governo das gestões Tarso e Sartori, das agendas oficiais dos dois governadores e das pautas das agendas oficiais. A partir destas variáveis de análise, buscou-se identificar as principais características da paradiplomacia das duas gestões, sendo estas: as estratégias paradiplomáticas propostas no período eleitoral, os atores e países priorizados por cada gestão, o tipo de paradiplomacia efetuada e as temáticas abordadas.

Planos de governo

A análise dos planos de governos das gestões estudadas por este trabalho, Tarso Genro (2011-2014) e José Ivo Sartori (2015-2018), teve como objetivo compreender se a paradiplomacia esteve presente nos planejamentos de governo das duas gestões em seus respectivos anos eleitorais (2010 para Tarso Genro e 2015 para José Ivo Sartori) e se, caso presente, o quão relevante foi considerada pelos candidatos em seus planejamentos. Os dois planos de governo foram obtidos através da página online da Secretaria de Planejamento do Rio Grande do Sul. Nestes documentos, são elencadas as propostas de cada candidato para o mandato pretendido, assim como as estratégias concebidas para atingir os objetivos estipulados.

No plano de governo da gestão Tarso Genro, apresentado no período eleitoral de 2010, foram observadas diversas menções a objetivos para a atuação internacional do estado. Primeiramente, o plano cita a necessidade de incentivar a maior competitividade do setor produtivo gaúcho internacionalmente através da redução da tributação às exportações, assim como a necessidade de acompanhar a tendência à integração regional, multilateralismo e cooperação solidária na política mundial. Para tanto, propõe maior aproximação ao Mercosul, América Latina e países emergentes, de modo a aprimorar as relações econômicas e comerciais, o intercâmbio educacional e o apoio técnico e tecnológico (RIO GRANDE DO SUL, 2010).

Apesar de menções à busca pela manutenção das boas relações e trocas comerciais com os Estados Unidos e seus estados e com a

União Europeia, seus países e regiões, o foco do plano de governo da gestão Tarso está na criação de alianças solidárias para potencializar a cooperação Sul-Sul com a América Latina, África e Oriente Médio, enfatizando ainda as relações com os países do BRICS — Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. No âmbito comercial, menciona-se a criação de políticas para a prospecção de novos mercados para os produtos regionais, através da participação em feiras e eventos internacionais. No âmbito social, observa-se a intenção de promover e executar programas de cooperação com organismos internacionais voltados à implementação de políticas para as mulheres, enquanto no âmbito cultural, por sua vez, menciona-se a necessidade de reposicionar a cultura gaúcha no cenário internacional:

[...] trocas culturais promovem conhecimento mútuo, autoestima, paz, solidariedade e tolerância. Para um estado que abrigou de forma pioneira o Fórum Social Mundial, é fundamental desenvolver um programa de intercâmbio que, não apenas humaniza, mas complementa e amplia trocas econômicas e simbólicas. Neste sentido, devemos apoiar as iniciativas da Agenda 21 da Cultura e dialogar permanentemente com nossos irmãos e vizinhos da América Latina (RIO GRANDE DO SUL, 2010, p. 47).

Para a implementação dos programas propostos, a gestão Tarso Genro pretendia recorrer a organismos internacionais para buscar parte do financiamento necessário à implementação de seus programas, citando o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata como possíveis fontes de crédito (RIO GRANDE DO SUL, 2010).

O plano de governo da gestão de José Ivo Sartori, por sua vez, traz duas menções a objetivos para a atuação internacional do estado. A primeira menção aborda o impacto negativo na base industrial gaúcha causado pela forte concorrência mundial no setor, além de mencionar que esta concorrência seria um fator limitador do pleno florescimento da vitivinicultura do Estado. A segunda menção, por sua vez, enfatiza a necessidade de “buscar financiamentos internacionais para as necessidades de logística, malha rodoviária e melhor aproveitamento dos cursos de água para alternativas hidroviárias no estado” (RIO GRANDE DO SUL, 2014, p. 39).

Dessa forma, pôde-se observar que a gestão Tarso Genro deu grande ênfase à paradiplomacia em seu planejamento de governo,

exemplificada pelos diversos objetivos traçados já no período eleitoral que mencionam a atuação internacional do estado como uma ferramenta ou objetivo final de diversas propostas do então candidato. Em contraste, poucas foram as estratégias paradiplomáticas traçadas pelo governo da gestão de José Ivo Sartori através de seu plano de governo, o que pode indicar um desinteresse inicial — ou até desconhecimento — do campo paradiplomático por parte da gestão.

Agendas oficiais dos governadores

A próxima variável de análise utilizada foi a agenda oficial dos governadores, na qual constam todos os compromissos oficiais realizados pelos governadores durante seus mandatos. É importante ressaltar nesta etapa que a paradiplomacia não é realizada somente pelo líder do governo, mas também por qualquer membro ou funcionário do governo que realize funções de cunho internacional, seja o desenvolvimento de programas de parceria cultural, técnica ou tecnológica com entes internacionais, a participação em eventos, a produção de estudos para preparação de ações, o contato com embaixadas e consulados e a manutenção de acordos de empréstimo e financiamento com bancos internacionais, entre outros. Entretanto, dado o grande volume de ações internacionais tomadas pelo estado do Rio Grande do Sul no período abordado por esta pesquisa, foram analisadas neste trabalho somente as agendas do governador do estado.

Assim sendo, as agendas dos governadores foram solicitadas de forma online através do Portal da Transparência do Estado. Após o recebimento dos arquivos, deu-se início a análise dos documentos para identificação das agendas de cunho internacional. Para facilitar a análise, os compromissos paradiplomáticos identificados foram classificados em uma tabela por governo, localização (se ocorreram no Brasil ou no exterior), ano e ator, sendo a classificação dos atores dividida em (1) governos nacionais (Embaixadores, Cônsules, Presidentes, etc.), (2) governos subnacionais (cidades, estados, regiões), (3) setor privado (empresas, câmaras, associações), (4) organizações internacionais e (5) sociedade civil internacional (eventos, palestras, visitas), conforme demonstrado na Tabela 1 abaixo, a qual representa, à título de exemplo, as agendas domésticas do governador Tarso Genro com atores de governos nacionais:

Tabela 1 - Agendas domésticas do governador Tarso Genro

Governo Tarso Genro (agendas domésticas)			
Governos nacionais (Embaixadores, Cônsules, Presidentes, Ministros e Delegações/Representantes)			
2011	2012	2013	2014
Embaixador Israel	Embaixador África do Sul	Embaixadora Romênia	Embaixador Argélia
Embaixador França	Embaixador Palestina	Embaixador Israel	Embaixador Argentina
Comitiva embaixadores países asiáticos	Embaixador Estados Unidos	Conselho Embaixadores Árabes	Embaixador Palestina
Embaixador Argentina	Embaixador Reino Unido	Embaixador Tailândia	Embaixador Palestina
Embaixador Malawi	Embaixador Alemanha	Embaixador Palestina	Embaixador Espanha
Cônsul Grã-Bretanha	Embaixador Nova Zelândia	Embaixador França	Cônsul Chile
Cônsul Uruguai	Embaixador África do Sul	Embaixador Quênia	Cônsul Uruguai
Cônsul Alemanha	Embaixador Israel	Embaixador Coreia do Sul	Delegação da China
Cônsul Japão	Embaixador Equador	Embaixador Chile	Presidente Uruguai
Cônsul Itália	Embaixador Palestina	Embaixador Turquia	Presidente de Honduras
Vice-Chanceler Uruguai	Ministro Comércio Exterior e Investimentos Estrangeiros Cuba	Ministro Comércio Exterior e Investimento Cuba	Ministra Direitos das Mulheres, Cidade, Juventude e Esportes França
Vice-Chanceler Uruguai	Embaixador China	Embaixador Iraque	
Audiência com delegação do Uruguai	Cônsul Uruguai	Embaixador Grécia	
GT Brasil-França	Cônsul França	Chefe Consulado Paraguai	
Presidente Uruguai	Ministra Relações Exteriores Canadá	Cônsul França	
	Embaixador Nigéria	Embaixador Itália	
	Vice-Chanceler Uruguai	Consul Argentina	
	XXXIII Reunião Ministros da Saúde Mercosul	Ministro Turismo Cuba	

	Representante Min. Agricultura Alemanha	Inauguração Consulado Uruguai	
	Representante Governo Francês	Ministro Britânico para a Escócia	
	VIII Reunião Alto Nível Nova Agenda Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil- Uruguai	Deputada Federal e Primeira-Dama de Cuba	
		Vice-Chanceler Uruguai	

Fonte: Elaborada pela autora com base em Rio Grande do Sul, 2019a; 2019b.

Em seguida, os dados coletados foram analisados quantitativamente para identificação dos atores e formas de paradiplomacia priorizadas por cada gestão, assim como para comparação dos dados entre os dois governos. Dessa forma, a Tabela 2 abaixo representa a compilação quantitativa dos compromissos oficiais de cunho internacional dos governadores, coletados na análise das agendas paradiplomáticas domésticas e classificados por ator e ano de mandato, com inclusão do dado de quantidade de viagens internacionais realizadas.

Tabela 2 - Compilação dos compromissos oficiais de cunho internacional dos governadores em agendas domésticas

Agendas domésticas										
	Tarso				Sartori				Total	
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Tarso	Sartori
Governos nacionais	15	21	22	11	39	18	40	20	69	117
Governos subnacionais	5	3	2	3	6	6	6	2	13	20
Setor privado	4	8	6	6	11	2	18	5	24	36
Organizações internacionais	3	7	3	3	7	4	2	1	16	14
Sociedade civil internacional	6	4	4	4	3	3	2	1	18	9
Viagens internacionais	5	9	9	1	1	4	4	0	24	9

Fonte: Elaborada pela autora com base em Rio Grande do Sul, 2019a; 2019b.

Dessa forma, observou-se que em ambos os governos, nas agendas paradiplomáticas domésticas, a prioridade foi dada às agendas com atores de governos nacionais e do setor privado. Entretanto, comparando as duas gestões, observa-se que o governo Sartori teve significativamente mais agendas com estes dois tipos de atores (117 e 36 agendas, respectivamente) do que o governo Tarso (69 e 24 agendas, respectivamente). Por outro lado, observa-se que o governo Tarso realizou consideravelmente mais viagens internacionais oficiais que o governo Sartori, tendo sido computadas 24 viagens na gestão Tarso, em comparação com 9 viagens na gestão Sartori.

Observada a considerável quantidade de agendas com atores de governos nacionais em ambas as gestões, procurou-se identificar os países com os quais as agendas foram realizadas, de modo a analisar se houve alguma preferência ao contato com países específicos. Dessa forma, observou-se no governo Tarso maior quantidade de agendas com Uruguai, França e Palestina (12, 7 e 5 agendas ao longo do mandato, respectivamente). Porém, em sua maioria, as agendas paradiplomáticas com atores de governos nacionais desta gestão se restringiram a apenas uma por país ao longo do mandato. No governo Sartori, por outro lado, observou-se uma maior quantidade de agendas com Alemanha, Uruguai e Itália (10, 10 e 9 agendas, respectivamente). Além disso, observou-se uma maior ocorrência de agendas com os países recepcionados, tendo a maioria destes ao menos duas agendas com o governador ao longo de seu mandato.

Por fim, da mesma forma que as agendas domésticas, analisaram-se também as agendas internacionais, que constituem missões governamentais, viagens para participação em eventos e feiras, reuniões com governantes, organismos internacionais e empresas multinacionais, palestras e demais visitas de cunho oficial realizadas pelos governadores fora do Brasil. Assim, a Tabela 3 abaixo representa a compilação quantitativa dos compromissos oficiais de cunho internacional dos governadores em agendas externas, coletados na análise das agendas paradiplomáticas e classificados por ator e ano de mandato.

Tabela 3 - Compilação dos compromissos oficiais de cunho internacional dos governadores em agendas externas

Agendas externas										
	Tarso				Sartori				Total	
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Tarso	Sartori
Governos nacionais	16	15	15	0	2	6	0	0	46	8
Governos subnacionais	5	1	6	0	1	4	6	0	12	11
Setor privado	8	17	27	2	0	4	11	0	54	15
Organizações internacionais	1	1	1	0	0	0	0	0	3	0
Sociedade civil internacional	4	5	10	2	0	2	0	0	21	2

Fonte: Elaborada pela autora com base em Rio Grande do Sul, 2019a; 2019b.

Pode-se observar que, dada a maior quantidade de viagens realizadas pelo governo Tarso, esta gestão apresentou maior quantidade de agendas externas com todos os atores. Ademais, pode-se observar também que ambos os governos priorizaram as agendas com o setor privado em suas viagens internacionais, através de reuniões com empresas multinacionais para discussão de investimentos já realizados ou em realização no estado, visitas técnicas para compartilhamento de conhecimento e tecnologia e promoção dos produtos e empresas gaúchas nos países visitados.

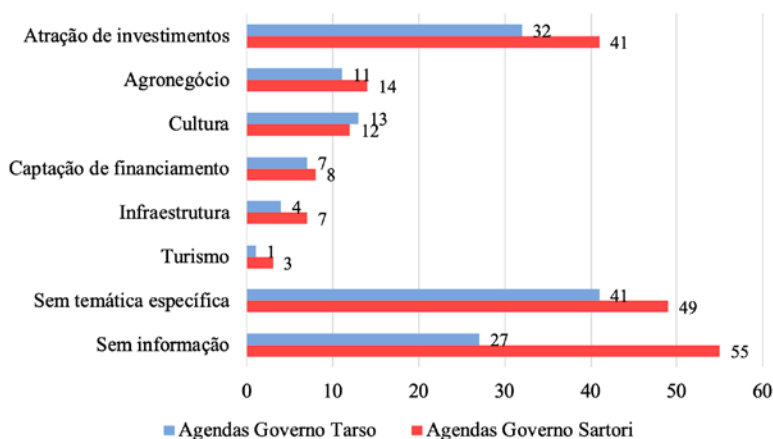
Pautas das agendas oficiais

Após a análise quantitativa das agendas, buscou-se obter uma compreensão mais qualitativa dos dados coletados através de uma análise das pautas das agendas. Para isso, utilizou-se o portal de notícias oficial do governo estadual para coletar todas as notas divulgadas acerca das agendas paradiplomáticas. Dessa forma, foram identificadas seis principais temáticas abordadas nas agendas ao longo dos dois governos, são elas: atração de investimentos, agro-negócio, cultura, captação de financiamento, infraestrutura e turismo. Tem-se ainda agendas nas quais não foram identificadas temáticas específicas, constituídas apenas por visitas de cortesia

ou entrega de convites, e uma considerável quantidade de agendas para as quais não foram encontrados registros no portal de notícias do governo, constituindo 25,2% de todas as agendas analisadas.

Através dos dados coletados, observou-se um padrão semelhante nas temáticas abordadas nas agendas das duas gestões, conforme mostra o Gráfico 1 abaixo, o qual apresenta o resultado quantitativo dos dados coletados nesta etapa:

Gráfico 1 – Compilação dos compromissos oficiais de cunho internacional dos governadores



Fonte: Elaborada pela autora com base em Rio Grande do Sul, 2019a; 2019b.

Em ambos os governos, a atração de investimentos foi a temática mais abordada, constituindo 23,5% das agendas do governo Tarso e 21,7% das agendas do governo Sartori. Esta temática inclui as agendas de prospecção de novos investimentos, discussão de investimentos em andamento, promoção de produtos e empresas gaúchas no exterior, participação em eventos empresariais e feiras internacionais e visitas à empresas no exterior, entre outros. Em seguida, tem-se as pautas relacionadas ao agronegócio, constituindo 8,1% das agendas da gestão Tarso e 7,4% das agendas da gestão Sartori. Esta temática inclui as agendas de promoção do agronegócio gaúcho no exterior, tratativas para parcerias técnicas, científicas e tecnológicas com atores de governos nacionais, subnacionais e empresas multinacionais e participação em feiras e eventos do setor. Tem-se ainda um relevante número de pautas com cunho cultural, constituindo 9,5% das agendas do governo Tarso e 6,3% das

agendas do governo Sartori. Esta temática inclui as agendas de participações em eventos para promoção da cultura de países e regiões estrangeiras, assinatura de acordos de fraternidade e celebrações de laços históricos entre o estado e países ou regiões parceiras.

Com menor quantidade de agendas tem-se a temática de captação de financiamento, que constitui 5,1% das agendas da gestão Tarso e 4,3% das agendas da gestão Sartori, abrangendo reuniões e compromissos com bancos e organizações financeiras internacionais, para captação de novos financiamentos ou acompanhamento de financiamentos vigentes. Em seguida, tem-se a temática de infraestrutura, constituindo 2,9% das agendas do governo Tarso e 3,7% das agendas do governo Sartori, a qual abrange reuniões para formulação de parcerias com países fronteiriços para construção de infraestruturas conjuntas, encontros com atores de outros países para troca de conhecimentos técnicos e visitas para acompanhamento ou inauguração de estruturas em regiões fronteiriças. Por fim, tem-se a temática de turismo, a qual constitui 0,7% das agendas da gestão Tarso e 1,6% das agendas da gestão Sartori e inclui encontros com representantes do turismo de atores nacionais e subnacionais, participação em eventos internacionais da área e reuniões com representantes de países vizinhos para cooperação e promoção do turismo regional.

Análise da atuação paradiplomática dos governos Tarso Genro e José Ivo Sartori

Com base nos dados coletados e na análise das informações, pode-se constatar que ambas as gestões de Tarso Genro (2011-2014) e José Ivo Sartori (2015-2018) utilizaram a paradiplomacia como uma ferramenta relevante para atingir os objetivos de seus mandatos. Diante das temáticas compiladas — com exceção das agendas sem temática específica ou sem informações localizadas —, observou-se que a paradiplomacia foi utilizada como forma de captar financiamento para seus projetos, atrair investimentos e empresas ao estado, promover as empresas e a produção gaúcha no exterior e inclusive adquirir capital político ao adicionar uma imagem internacionalizada à sua gestão. Entretanto, apesar de observada em ambos os governos, a paradiplomacia foi utilizada de formas diferentes por cada gestão.

Em primeiro lugar, observou-se através da análise dos planos de governo que a gestão de Tarso Genro enfatizou a paradiplomacia

em seu planejamento de governo, fato exemplificado pelos diversos objetivos traçados já no período eleitoral que mencionam a atuação internacional do estado como uma ferramenta ou objetivo final de diversas propostas do então candidato. O plano desta gestão abordou a promoção do setor produtivo gaúcho internacionalmente, a atração de investimentos ao estado, a integração com os países vizinhos e com países em desenvolvimento, o intercâmbio técnico, tecnológico, educacional e cultural com parceiros internacionais e a captação de financiamento através de bancos internacionais. O plano de governo da gestão de José Ivo Sartori, por outro lado, não apresentou estratégias paradiplomáticas traçadas para o mandato, mencionando apenas a necessidade de acompanhar a concorrência internacional e buscar financiamento em fontes internacionais para atender às necessidades do estado.

Em segundo lugar, através da análise das agendas oficiais das duas gestões, foram identificados em ambos os governos compromissos com todos os atores internacionais considerados por este trabalho. Entretanto, algumas diferenças na forma de implementação da paradiplomacia e dos atores priorizados foram observadas. No governo Tarso, observou-se uma tendência à paradiplomacia prospectiva, dada a ocorrência de 24 viagens internacionais em seu mandato. O governo Sartori, por sua vez, privilegiou uma paradiplomacia receptiva, dada a maior quantidade de agendas paradiplomáticas domésticas em comparação ao seu antecessor. Ademais, foi possível identificar uma diferenciação entre a atuação paradiplomática das duas gestões também ao observarem-se as regiões priorizadas por cada governo. A gestão Tarso apresentou grande quantidade de agendas com o vizinho Uruguai, confirmando a intenção de fortalecimento da integração com os países vizinhos e com o Mercosul apresentada em seu plano de governo, utilizando-se da paradiplomacia transfronteiriça. A gestão Sartori, por sua vez, realizou expressiva quantidade de agendas com Alemanha e Itália, apresentando uma tendência de reaproximação aos parceiros europeus.

Entretanto, apesar dos contrastes entre as duas gestões, foram observadas também algumas semelhanças na atuação paradiplomática dos dois governos. Nas agendas domésticas, observou-se que os dois governos deram grande prioridade a compromissos com atores do nível nacional. Por outro lado, nas agendas internacionais, ambos priorizaram compromissos com atores do setor privado, evidenciando que se objetivava a prospecção de novos investimentos para o estado e a promoção da produção local nas viagens internacionais.

Ademais, no que tange às regiões, apesar das diferenças acerca dos países priorizados pelos dois governos, pode-se observar que ambos priorizaram as relações com atores nacionais e subnacionais da Europa e da América Latina. Por fim, em relação às pautas das agendas, constatou-se que em ambas as gestões as temáticas mais abordadas nas agendas paradiplomáticas foram a atração de investimentos ao estado e a promoção do agronegócio gaúcho. De modo que, para os dois governos, a paradiplomacia foi utilizada principalmente como uma ferramenta para prospectar novos investimentos — através da ampliação ou instalação de multinacionais no estado, da promoção da produção gaúcha e da participação em feiras e eventos — e para desenvolver e promover o agronegócio gaúcho — através do intercâmbio técnico, tecnológico e educacional no setor.

Considerações finais

Através deste trabalho, foi possível compreender melhor a atuação dos entes subnacionais internacionalmente e o papel da paradiplomacia dentro de um estado federado. Apesar de ser um fenômeno novo, pôde-se observar a paradiplomacia no Rio Grande do Sul desde 1975, fruto da crescente globalização do sistema internacional, da interdependência dos atores e da emergência de processos de integração regionais, com destaque para o papel do Mercosul como motivador do início da atuação paradiplomática dos governos gaúchos.

Dessa forma, através da comparação entre a atuação internacional da gestão de Tarso Genro e da gestão de José Ivo Sartori, foi possível identificar de quais modos a paradiplomacia foi implementada e quais os objetivos por trás da utilização da via internacional como uma ferramenta pelos dois governos. Ambas as gestões utilizaram a paradiplomacia como um instrumento para a implementação de políticas dentro de sua esfera de competências, entre elas a atração de investimentos, a captação de financiamento, a promoção da economia e do agronegócio regional, a cooperação técnica e tecnológica nas áreas de infraestrutura, saúde e educação e a divulgação do turismo local.

Apesar de não existir ainda uma teoria específica destinada a explicar a paradiplomacia, foram encontrados diversos trabalhos e artigos recentes abordando a temática. Entretanto, observou-se em tais trabalhos uma análise geral e superficial da paradiplomacia em

entes subnacionais específicos, focando seu olhar nos resultados das políticas paradiplomáticas e negligenciando um estudo mais aprofundado acerca dos meios e métodos utilizados pelos entes em sua atuação internacional. Tal fator motivou uma tentativa de qualificação da paradiplomacia através de critérios por parte deste trabalho, buscando conferir a materialidade que falta na análise da atuação internacional de entes subnacionais e prestar uma breve contribuição à literatura desta área de estudos.

Foram utilizados como critérios os planos de governo de cada gestão, as agendas oficiais dos governadores e notícias divulgadas pelo portal do governo estadual, com o objetivo de analisar comparativamente a paradiplomacia das duas gestões. Com isso, observou-se grande contraste na abordagem da atuação paradiplomática nos planejamentos governamentais, pois enquanto a gestão Tarso apresentou propostas em diversos eixos para a atuação internacional do estado, assim como para a utilização do sistema internacional como ferramenta para atingir os objetivos estabelecidos pela gestão, pouco pôde ser observado no planejamento da gestão Sartori que demonstrasse interesse ou conhecimento acerca da paradiplomacia.

Entretanto, ao analisar-se as agendas dos governadores ao longo dos mandatos, observou-se a superação deste atraso inicial por parte da gestão Sartori, pois foram identificados em ambos os governos diversos compromissos com todos os atores internacionais considerados por esta pesquisa. A análise dos dados apontou também relevantes diferenças na atuação paradiplomática dos dois governos, com a gestão Tarso apresentando tendência à paradiplomacia prospectiva e maior relacionamento e intenção de integração com os países vizinhos e com o Mercosul, enquanto a gestão Sartori, em contraste, privilegiou a paradiplomacia receptiva e apresentou tendência de reaproximação aos parceiros europeus. Duas estratégias contrastantes, as quais requerem uma análise mais aprofundada de sua eficácia e resultados na situação socioeconômica do estado em uma etapa posterior de pesquisa.

Entretanto, apesar dos consideráveis contrastes, foram observadas também algumas semelhanças na atuação paradiplomática dos dois governos, demonstrando que mesmo com diferentes estratégias, alguns pontos em comum de interesse maior do estado permaneceram constantes. Ambas as gestões priorizaram atores do nível nacional em suas agendas domésticas, enquanto que, nas agendas externas, priorizaram atores do setor privado, indicando

que as missões e viagens internacionais de governantes subnacionais têm como objetivo primordial a prospecção de novos investimentos para o estado e a promoção da produção local. Ademais, observou-se também nas duas gestões a manutenção da América Latina como principal parceiro do estado, o que indica que a paradiplomacia ocorre principalmente no entorno do ente subnacional em questão, sendo utilizada como uma ferramenta para promoção dos interesses do estado através da cooperação e integração regional.

Dessa forma, com o desenvolvimento de uma análise comparativa da paradiplomacia de um ente subnacional durante duas gestões governamentais, através dos critérios estabelecidos por este trabalho — planos de governo, agendas oficiais dos governadores e notícias divulgadas pelo portal do governo estadual —, foi possível identificar claramente as maneiras pelas quais a paradiplomacia é utilizada por um governo estadual, assim como os métodos e estratégias paradiplomáticas aplicadas por cada gestão. Com isso, logrou-se especificar e materializar a análise paradiplomática, com a criação de um modelo que pode ser aplicado para análise de diferentes atores subnacionais. Por fim, pode-se compreender também através deste estudo que a paradiplomacia não é realizada somente pelo líder do governo, mas por qualquer membro ou funcionário do governo que realize funções de cunho internacional. Assim, espera-se, em uma etapa futura da pesquisa, desenvolver também uma análise da paradiplomacia dos demais atores e órgãos do governo estadual, de modo a construir uma compreensão mais ampla da paradiplomacia dos governos subnacionais.

Referências

AGUIRRE, Iñaki. Making sense of paradiplomacy? An intertextual inquiry about a concept in search of a definition. In: ALDECOA, Francisco; KEATING, Michael (ed). **Paradiplomacy in action: the foreign relations of subnational governments**. Nova York: Routledge, 2013, p. 185-209.

BANZATTO, Arthur. As interconexões entre o global e o local: governos subnacionais nas Relações Internacionais. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 7-25, nov. 2016. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/P.2317-773X.2016v4n1p7>. Acesso em 20 jul. 2019

CORRADI, Rodrigo; GOMES, Joséli. **Paradiplomacia em movimento: perspectivas em homenagem aos 20 anos de atuação da Rede Mercocidades**. Porto Alegre: Editora UniRitter, 2015, 156p.

DALLARI, Pedro; MARCOVITCH, Jacques (org.). **Relações internacionais de âmbito subnacional**: a experiência de estados e municípios no Brasil. São Paulo: Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, 2014. 128p.

DUCHACEK, Ivo. Perforated sovereignties: towards a typology of new actors in international relations. In: MICHELMANN, Hans; SOLDATOS, Panayotis (ed.). **Federalism and international relations**: the role of subnational units. Nova York: Oxford University Press, 1990, p. 1-33.

FERREIRA, Bruno Guedes. **Atores públicos subnacionais e política externa brasileira**: a paradiplomacia no rio grande do sul (2007-2014). 2015. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre, 2015. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7989/3/DIS_BRUNO_GUEDES_FERREIRA_COMPLETO.pdf. Acesso em: 17 jul. 2019.

JUNQUEIRA, Cairo Gabriel Borges. **A Inserção internacional dos atores subnacionais e os processos de integração regional**: uma análise da união europeia e do mercosul. 2014. 267 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/17087>. Acesso em 15 jul. 2019.

KEATING, Michael. Regions and international affairs: motives, opportunities and strategies. In: ALDECOA, Francisco; KEATING, Michael (ed.). **Paradiplomacy in action**: the foreign relations of subnational governments. Nova York: Routledge, 2013, p. 1-16.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Power and interdependence**. Boston: Longman, 2012.

NUNES, Carmen. **A paradiplomacia no Brasil**: o caso do rio grande do sul. 2005. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6142/000481417.pdf?sequence=1. Acesso em 10 jun. 2019.

ODDONE, Nahuel; SOUZA, Gustavo. Cross-border paradiplomacy in Mercosur: a critical overview. **Monções**, Dourados, v. 6, n. 12, p. 199-216, dez. 2017. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/6822>. Acesso em 20 ago. 2019.

PERUFFO, Luiza. **A paradiplomacia gaúcha e a diplomacia do Itamaraty**: um paralelo no período 1987 - 2002. 2009. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/21480>. Acesso em 20 ago. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. **Agendas oficiais do Governador José Ivo Sartori (2015-2018)**. Portal da Transparência do Estado do Rio Grande do Sul, 2019a.

RIO GRANDE DO SUL. **Agendas oficiais do Governador Tarso Genro (2011-2014)**. Portal da Transparência do Estado do Rio Grande do Sul, 2019b.

RIO GRANDE DO SUL. **Plano de Governo de José Ivo Sartori**. 2014. Disponível em: https://issuu.com/_gauchazh/docs/plano_de_sartori. Acesso em: 26 ago. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. **Plano de Governo de Tarso Genro**. 2010. Disponível em: www.planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29092453-plano-de-governo-governo-de-tarso-genro-periodo-de-2011-a-2014.pdf. Acesso em: 21 ago. 2019.

SALOMÓN, Mónica; NUNES, Carmen. A ação externa dos governos subnacionais no Brasil: os casos do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre. Um estudo comparativo de dois tipos de atores mistos. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 99-147, jun. 2007. Disponível em: http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/Salomon_vol29n1.pdf. Acesso em 17 jul. 2019.

SILVA, Ironildes. **Paradiplomacia contemporânea**: trajetórias e tendências da atuação internacional dos governos estaduais do Brasil e dos Estados Unidos. 2011. 330 f. Tese (Doutorado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/7875>. Acesso em 2 ago. 2019.

SOLDATOS, Panayotis. An Explanatory Framework for the Study of Federated States as Foreign-policy Actors. In: MICHELMANN, Hans; SOLDATOS, Panayotis (Eds.). **Federalism and international relations**: the role of subnational units. Nova York: Oxford University Press, 1990, p. 34-53.

TAVARES, Rodrigo. **Paradiplomacy**: Cities and States as Global Players. Nova York: Oxford University Press, 2016.

*Recebido em: 11/06/2020
Aprovado em: 23/11/2020*